

## Afetar o por vir dos corpos: micropolíticas da insegurança neoliberal

Murilo Duarte Costa Corrêa

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil  
Email: correa@uepg.br

Karoline Coelho de Andrade e Souza

Centro Universitário do Vale do Iguaçu, União da Vitória, Brasil  
Email: prof\_karolinesouza@uniguacu.edu.br

**Resumo:** A partir da articulação progressiva das noções de margens, *pathos* e corpos, nos valem da técnica do ensaio para descrever como micropolíticas da insegurança produzem subjetividades específicas e funcionais no contexto de um capitalismo em transformação. As descrições que Foucault e Deleuze fizeram sobre as sociedades disciplinares e de controle são reinterpretadas tanto à luz de suas premissas sobre o corpo, como a partir da chave de leitura das transformações neoliberais operadas globalmente nos mecanismos securitários e previdenciários a partir dos anos 1970 e 1980, e mais tardiamente em países latino-americanos. Essa releitura também se beneficia de um movimento de avanço, proporcionado por pensadores italianos contemporâneos como Lazzarato, Virilio e Berardi, que indicam que a partilha desigual da insegurança neoliberal e a administração pelo medo, fontes de uma micropolítica global, constituem fatores que, ao afetarem os corpos, impõem as margens que controlam e governam o seu por vir.

**Palavras-chave:** Corpos; margens; micropolítica; insegurança; neoliberalismo.

### Afectando el porvenir de los cuerpos: micropolíticas de la inseguridad neoliberal

**Resumen:** A partir de la articulación progresiva de las nociones de márgenes, *pathos* y cuerpos, nos apoyamos en la técnica del ensayo para describir cómo las micro-políticas de la inseguridad producen subjetividades específicas y funcionales en el contexto de un capitalismo en transformación. Las descripciones que Foucault y Deleuze hicieron sobre las sociedades disciplinarias y de control son reinterpretadas bajo la luz de sus premisas sobre el cuerpo y desde la clave de lectura de las transformaciones neoliberales operadas globalmente a través de mecanismos de seguridad y previsión en los años 1970 y 1980, y más tarde en países latinoamericanos. Tal relectura también se beneficia de un movimiento de avance, proporcionado por pensadores italianos contemporáneos como Lazzarato, Virilio y Berardi, los cuales señalan que la distribución desigual de la inseguridad neoliberal y la gestión a través del miedo, fuentes de una micro-política global, constituyen factores que, afectando los cuerpos, imponen los márgenes que controlan y gobiernan su porvenir.

**Palabras clave:** Cuerpos; márgenes; micropolítica; inseguridad; neoliberalismo.

### Affecting the becoming of bodies: micro-policies of neo-liberal insecurity

**Abstract:** Based on the progressive articulation of the notions of margins, *pathos* and bodies, we describe through the technique of the essay how micro-policies of insecurity produce specific and functional subjectivities in the context of a capitalism in transformation. Foucault and Deleuze's descriptions of disciplinary and control societies are reinterpreted in the light of their premises about the body and from the key to reading the neoliberal transformations operated globally through security and foresight mechanisms in the 1970s and 1980s, and later in Latin American countries. Such a re-reading is in benefit of an advance provided by contemporary Italian thinkers such as Lazzarato, Virilio and Berardi, who point out

that the unequal distribution of neoliberal insecurity and management through fear, sources of a global micro-policy, constitute factors that, affecting bodies, impose the margins that control and govern their future.

**Keywords:** Bodies; margins; micro-policy; insecurity; neo-liberalism.

\* \* \*

## Marx e nós

Em 1867, no primeiro livro de *Das Kapital: kritisch der politischen Ökonomie*, Marx (2017, p. 94) afirmava que a mercadoria assumia «a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas»; mas dizia também, que esta era a expressão formal de uma relação social propriamente capitalista, estabelecida entre homens. Assim, a mercadoria correspondia à configuração específica e real de uma relação social cuja premissa derivava de um modo de produção e de exploração definidos. À mercadoria, à sua própria forma, e ao poder configuracional que ela infunde, Marx atribuía a capacidade inteiramente especial de apresentar sob a forma de um corpo, de um produto material individualizado, imensas séries de relações sociais de cooperação entre corpos e cérebros organizados na sincronia disciplinar das fábricas que pontilharam os territórios urbanos dos séculos XIX e XX.

A mercadoria era a configuração corpórea capaz de presentificar as características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho por meio da sua própria elisão. Isso se explica pelo potencial de abstração do capital, que igualava artificialmente as diferenças entre os trabalhos concretos reduzindo-os «ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato» (Ibid, p. 95). Com o conceito de mercadoria, Marx nos colocava no coração das capacidades metafísicas do próprio poder do Capital, que se revelava tanto na capacidade de configurar uma *Umwelt* (um ambiente, ou um *milieu*) no qual não cessa de submergir os homens, como de fabricar com sua metafísica - oscilatória entre o material e o fantasmático - uma sinestesia geral que formaliza suas relações.

Ao pressupor que o social não seria mais do que a estrutura relacional desencadeada por um modo de produção, o pensamento social que se seguiu a Marx fez da afirmação de que toda análise social deve passar por uma análise do capitalismo uma constante. Sem desarticular a relação entre a economia política e a ontologia do ser social, gostaríamos de propor uma precisão. Ao invés de admitir que o econômico sobredetermina o social, alguns pensadores do pós-estruturalismo e, na cauda dos anos 1970 em diante, alguns pós-operaístas italianos, parecem ter compreendido essa relação em novos termos.

Na origem da mercadoria, expressão miraculosa cheia de «sutilezas metafísicas e argúcias teológicas» (Ibid, p. 92), estão os corpos das coisas, os corpos dos homens e suas relações de afetação recíproca, que se operam nas dinâmicas concretas de escassez, necessidade, produção e consumo. A cooperação entre corpos, sua aglomeração em espaços fabris, o agenciamento produtivo entre os tempos sociais, seu direcionamento sincrônico aos meios de produção, e a concentração destes em mãos dos capitalistas exprimiam um modo de produção e, ao mesmo tempo, constituíam as condições materiais para seu exercício. Sinal de que o exercício organizacional da autoridade capitalista não podia dispensar os corpos, sua distribuição no espaço e o sequestro mais ou menos uniforme de seu tempo como seus pressupostos.

A premissa de um modo de produção deveria ser encontrada, porém, no sequestro físico e metafísico dos corpos, das consciências e psiques, e da multiplicidade de suas temporalidades. Ao exprimir em um corpo material o resultado da cooperação social e dos agenciamentos de multiplicidades de trabalhos concretos, a mercadoria manifesta tanto um poder de efetuar e exprimir relações entre corpos e coisas quanto uma capacidade para abstrai-las umas em relação às outras - e a isso corresponde a potência de abstração, descodificação e desterritorialização contínuas que, segundo Deleuze e Guattari (2010), define a axiomática capitalista.

Isso significa que não há uma relação de sobredeterminação entre o econômico e o social, mas uma relação de implicação recíproca e retroalimentação entre produção e campo social, na qual o social constitui a própria axiomática capitalista (Ibid) e organiza seus fluxos abstratos e descodificados. O que o conceito marxiano de mercadoria deveria dar a ver imediatamente é que um modo de produção é tanto um composto de forças

quanto de relações de produção das condições de existência (Marx, 2003) - e estas são simultaneamente técnicas e sociais.

O capitalismo compreende uma *Umwelt* formada por um conjunto de margens omnicompreensivas dos corpos, das coisas e das suas relações, que comportam graus internos de marginalizações subsequentes. O pensamento pós-estrutural e o pós-operaísta descreveram séries de variações dessas margens, das relações entre os corpos e a constitutividade de seus afetos no interior da *Umwelt* capitalista, compreendendo tanto a emergência de novas formações sociais e de subjetividade coletiva no seio de estratégias específicas de poder - como as disciplinas, os controlatos ou o capitalismo financeiro -, como contribuíram para reatualizar a interpretação de alguns dos principais vetores de força do capitalismo em sua forma contemporânea, como seu potencial de agenciamento e abstração (Deleuze; Guattari, 2008 e 2010), subjetivação e governo (Foucault, 2008a e Lazzarato, 2011), financeirização e reconfiguração sensual (Marazzi, 2011 e Berardi, 2017 e 2018).

Essas são as premissas mais gerais para compreender que as transformações do capitalismo instaurem uma micropolítica da insegurança como uma das principais estratégias pelas quais o neoliberalismo constitui «o social» como máquina governamental. Seria preciso ter em mente as intuições fundamentais de Marx, dispersas pelo *corpus* de *Das Kapital* e dos *Grundrisse*<sup>1</sup>, segundo as quais há um traço de união indecomponível entre o capitalismo e o conjunto das relações sociais. Todavia, como Deleuze e Guattari (1996) mostrarão, tais relações não se dão apenas entre indivíduos ou estruturas, mas, com elas, agenciam elementos micropolíticos: fluxos de energia, de capital-dinheiro, atividade humana, afetos, percepções sensíveis, representações, coisas (máquinas, mercadorias, usos, relações de cooperação etc.).

Assim, as margens sociais e suas transições, bem como seus efeitos sobre os corpos e seus afetos e paixões, podem ser apreendidas de uma só vez no seio móvel das transformações capitalistas. Estas, por sua vez, constituem as premissas e os enquadres para compreender como o neoliberalismo organiza, hoje, no seio de um capitalismo financeiro e digital, as relações entre os corpos e seu *pathos*.

### As transições das margens

Cada formação social se define pela produção de um agenciamento espaço-temporal, psicossomático e afetivo específico. A ordem dos espaços-tempos ou dos corpos-afetos obedece a um ritmo especial de configuração nas sociedades disciplinares, nas estratégias biopolíticas ou nas sociedades de controle procedentes um regime capitalista de tipo global.

Foucault talvez tenha sido quem melhor escandiu as transformações que se produziram da Idade Clássica em diante. Seus cursos durante toda a década de 1970 testemunham uma série de transições das margens sociais que operavam descontinuidades espaço-temporais e subjetivas. Entre *La Société Punitive* (1972-1973) e *Naissance de la Biopolitique* (1978-1979), Foucault (2015 e 2008) descreveu a sucessão diacrônica entre as sociedades soberanas, as disciplinares, e sua integração progressiva às estratégias biopolíticas; distinguiu um exercício generalizado do «poder sobre a vida» (Foucault, 2009, pp. 151-152) na sede do qual diagnosticou a crise do modelo disciplinar cuja deposição, cumulada à difusão dos controlatos, situaria o nascimento do neoliberalismo.

Como uma formação social que opera sob a racionalidade da seleção e da exclusão, as sociedades disciplinares são exemplares bastante lúcidos de séries de operações de poder em cadeia que se exercem a partir de arquiteturas, espaços, visibilidades, iluminações, sequestros dos corpos, de suas atividades disciplinadas e de seus tempos de vida.

A isomorfia entre dispositivos disciplinares aparentemente distintos, como a família, a escola, a caserna, a fábrica, o hospital ou a prisão, que Foucault (2014) descreve em *Surveiller et Punir*, é clara o bastante para dar a ver que toda a heterogeneidade desses dispositivos obedece a um princípio unívoco de promoção continuada de um espaço de encerramento a outro, segundo o que Deleuze (2008) reputou ser uma economia de quitação

aparente. De acordo com ela, sempre que passamos de um espaço fechado a outro, saldamos uma dívida ao preço de contrair uma outra, com a nova instituição de encerramento à qual somos integrados.

Ao invés de se dedicar a cada um desses espaços em sua singularidade, Foucault se concentrou nas técnicas essenciais que situavam a emergência de uma formação social produtora de corpos dóceis e úteis, descrevendo séries de técnicas difusas, institucionalmente localizadas mas, ainda assim, capazes de generalizar-se, cobrindo «o corpo social inteiro» (Foucault, 2014, p. 136). A distribuição dos corpos por quadriculamento, o controle contínuo de sua atividade, o desenvolvimento de técnicas de sequestro temporal, a combinatória utilitária e rentista dos corpos, associados a mecanismos de vigilância hierárquica, sanções normalizadoras e exames contínuos, formalizam uma sociedade que converge para o modelo do panoptismo.

Há uma continuidade descontínua entre o regime de exclusão e marginalização dos pestíferos e leprosários - baseados no modelo médico de segregação e controle contínuo e minucioso dos corpos - e a racionalidade arquitetônica e generalizável do panóptico. É no interior dessa dualidade entre instituições completas, austeras, fechadas, situadas à margem da norma social, e as capacidades de difusão do panoptismo como mecanismo disciplinar mais geral, capaz de multiplicação e extensão progressiva em espaços abertos, que Foucault situa o movimento de constituição das sociedades disciplinares: «o que era ilha, local privilegiado, medida circunstancial ou modelo singular, torna-se fórmula geral» (Ibid, p. 203).

A generalização desses dispositivos no curso do século XVIII coincide com um deslocamento funcional. As disciplinas deixavam de fixar, situar e neutralizar perigos de massas humanas amorfas, confusas e infecciosas, para coordenar os corpos em uma unidade coletiva e superior que maximizasse a sua utilidade. Ao mesmo tempo, os mecanismos disciplinares se difundem por todo o tecido social, abandonam os espaços fechados e passam a circular em estado livre; desse modo, decompõem-se em processos flexíveis de controle que mais tarde serão estatizados e incorporados a mecânicas propriamente policiais de controle.

Foucault não cessou de enfatizar a convergência entre uma economia do capital e uma economia do poder disciplinar, evitando as armadilhas da sobredeterminação: «(...) a disciplina é um processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo de esforço reduzida como força 'política', e maximalizada como força útil. O crescimento de uma economia capitalista faz apelo à modalidade específica do poder disciplinar (...)» (Ibid, p. 214).

É na medida em que a economia da produção e a do poder disciplinar se entrelaçam que podem solicitar os corpos, sequestrar e sincronizar os tempos, confinar e adestrar os gestos, produzir uma alma como um efeito e instrumento anátomo-político dos corpos docilizados (Ibid). As disciplinas constituem margens que operam tanto por seleção, fixação espacial, sincronização temporal, neutralização e exclusão, quanto, a partir do século XVIII, se difundem intersticialmente por toda a sociedade em complementariedade com as estratégias biopolíticas.

É por volta da segunda metade do século XVIII que as disciplinas, como anátomo-política do corpo humano, serão integradas a estratégias globais cujo alvo é o corpo-espécie biológico das populações. O Estado e suas instituições vão se encarregar de produzir agenciamentos concretos e tecnologias de poder capazes de «majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar» (Foucault, 2009, p. 153). Ainda que muitos dos seus dispositivos característicos provenham do século XVI, a generalização dos mecanismos de segurança e a definição do acontecimento como espaço virtualizado de segurança (Foucault, 2008b), promoverão uma nova regulação dos espaços-tempo e dos circuitos psicossomáticos e afetivos dos homens.

Os mecanismos de segurança impõem toda uma nova economia de poder que incide sobre o elemento aleatório, acidental e intrinsecamente variável da vida biológica das populações em seu conjunto, abrangendo fenômenos de massa como fecundidade, natalidade, mortalidade, produtividade das terras, equilíbrio de mercados interno e internacional, otimização da circulação de mercadorias e populações, escassez alimentar, fenômenos de morbidade, higiene e saúde públicas etc. Seus dispositivos funcionam em complementariedade diacrônica com os disciplinares e os jurídico-legais (Ibid), próprios da soberania.

Esses novos mecanismos se caracterizam por se desenvolverem em um espaço não-situado, relativo aos acontecimentos a serem regulados; desse modo, remetem a aspectos temporais e aleatórios passíveis de inscrição em um meio (Ibid). O que esses dispositivos engendram é todo um novo tratamento da aleatoriedade, capaz de conectar-se com a realidade concreta de um fenômeno oscilatório e de produzir um tipo de regulação que já não é repressiva (a soberania) ou prescritiva (as disciplinas), mas responde a uma realidade aceita como natural e regulada de acordo com suas curvas fenomênicas normais e espontâneas (Ibid). É precisamente aí que se encontra o ponto-chave da estratégia de governo liberal que Foucault descreve: permitir que o real se desenvolva autonomamente, de acordo com seus próprios princípios, incorporando sua indeterminação, sua aleatoriedade, sua «livre espontaneidade» como um elemento da sua própria regulação (Ibid, pp. 62-63).

Na medida em que a norma não é exterior, mas deduzida da aleatoriedade natural do fenômeno a ser regulado, as noções de risco, perigo e crise constituirão os disparadores de intervenções artificiais para a promoção de regularidades diferenciais (Ibid, p. 83). Assim que as variações espontâneas de um fenômeno importem um perigo, apresentem riscos ou sinalizem uma crise, desencadeiam-se intervenções de acordo com uma economia de ágios ou deságios verificados nas curvas normais imanentes ao fenômeno regulado. Trata-se de uma estratégia que incide tanto sobre os processos de circulação das coisas, quanto dos homens e dos fenômenos biológicos de uma população; mas seu principal efeito é sequestrar a integral do espaço-tempo em que se desenvolvem os processos naturais que lhe são correlatos.

Os mecanismos de segurança são por definição previdenciários e, ao incorporar as noções de risco, perigo e crise, incidem não apenas no fenômeno que se desenvolve em uma temporalidade atual, mas passam a regular o seu por vir. Assim como os mecanismos disciplinares vigiam e adestram um corpo no átimo em que uma virtualidade anormal se manifesta em um gesto ou em um comportamento nascente, infundindo novos hábitos sensório-motores nos corpos, os mecanismos de segurança são preemptivos e previdenciários porque, a pretexto de regular um fenômeno de acordo com os parâmetros imanentes de sua manifestação espontânea, encapsulam o tempo do acontecimento como um todo e controlam seus possíveis; isto é, o seu futuro.

É como um todo composto por estratégias que visavam à inserção controlada dos corpos humanos no aparelho de produção que o biopoder integrava a anátomo-política dos corpos individuais a estratégias macrológicas de controle biopolítico das populações. Com isso, o biopoder oferecia seus préstimos ao desenvolvimento do capitalismo: «os rudimentos de anátomo e de bio-política (...) agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam», produzindo não apenas efeitos de poder circunscritos a uma microfísica localizada e reversível, mas garantiram «relações de dominação e efeitos de hegemonia» (Foucault, 2009, pp. 153-154). Por isso, Foucault (2009, p. 153) reafirmará que «Este bio-poder (...) foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo (...)».

Esse conjunto de processos, que a rigor remontam às próprias disciplinas (Foucault, 2014) e à crise generalizada dos meios de confinamento (Deleuze, 2008), prenunciam os controles. Diferentes das disciplinas, os controlatos são «variações inseparáveis no espaço-tempo, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica» (Ibid, p. 221). Quando, nas sociedades disciplinares, «tudo começa a desmoronar pelas beiradas» (Deleuze, 2016, p. 340), os dispositivos de vigilância, exame, normalização, seleção e hierarquização contínuas que até então caracterizavam as sociedades de controle são integrados ao campo social como seu meio (*milieu*) natural. Isso faz com que os controlatos ganhem uma potência inédita, subsumindo um corpo social como um todo.

A multiplicação e a difusão pervasiva dos controles, sua função securitária e previdenciária - capaz de, sequestrando o tempo do acontecimento, regular a normalidade dos próprios devires dos corpos - coexistem com uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial integrado e com o neoliberalismo. Ao passo em que os meios em que vivemos, circulamos e produzimos constituem, imediatamente, os próprios mecanismos de controle, «as pessoas podem rodar ao infinito e ‘livremente’ sem de modo algum estarem confinadas, e ainda assim sendo perfeitamente controladas» (Ibid, p. 341).

As sociedades de controle são um correlato das transformações do capital em sua fase de financeirização e abstração tardia. Com relação às sociedades disciplinares, os controles podem ser vistos como a realização da



mais alta potência do princípio panóptico descrito por Foucault, sem ter de manter relação com um espaço concretamente definido, encerrado ou institucionalizado.

As fábricas transpõem os espaços fabris pela universalização do espírito de empresa; os serviços encapsulam a produção e a circulação dos bens tangíveis; as escolas se derruem sob a imposição da formação continuada; a sociedade se torna um imenso hospital e um imenso laboratório para o uso, a dependência e a experimentação renovada de anestésicos e psicofármacos (Sutter, 2017); o trabalho excede os limites temporais da jornada semanal regular para investir o tempo de lazer; as máquinas energéticas dão lugar às informáticas; a individualidade e a identidade são fractalizadas e dividuadas, «e as massas tornam-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’» (Deleuze, 2008, p. 222); a moeda, emancipada do padrão-ouro e abstraída de qualquer outro lastro material de referência<sup>2</sup>, é a força de empuxo que arrasta a um só tempo as sociedades de controle e o capitalismo global na direção de um destino comum.

Na ausência de qualquer espacialidade definida *a priori*, difusos transversalmente pelo tecido social, os controles, agora imanentes ao social, são as margens virtuais dos possíveis, e todo sistema de exclusões e marginalizações passa a ser operado de seu interior. Como prática de controle social, biopoder, controles e finança se entremeiam de tal modo que os controles constituem as margens móveis, discretas e «quase-livres» do capitalismo contemporâneo que, por sua vez, pode ser descrito como um regime de acumulação «que tende a tornar cada momento específico das existências singulares parte do processo de valorização» (Lucarelli, 2011, p. 153).

## Pathos

O novo e agressivo processo de acumulação de capital desencadeado pela financeirização se confunde com a captura das poupanças coletivas e domésticas pelo mercado de ações (Ibid, p. 166). O avanço das finanças sobre as poupanças individuais e fundos de pensão é um correlato da ruptura do pacto de bem-estar entre capital e trabalho, da obsolescência da relação de subordinação salarial, da redução da mutualização dos riscos e do seu rearranjo sob a tendência de uma desproletarização generalizada (Lazzarato, 2011). A transição entre o modelo americano do *Welfare State*, baseado no déficit orçamentário estatal, e o novo modelo de endividamento privado, alto risco e instabilidade financeira, que admite as variações das cotações em bolsa de valores como principal indicador macroeconômico, se produz por meio de sucessivas intervenções visando à liberalização econômica.

Esse processo, que foi o arquétipo para as economias europeias desenvolvidas e, em ondas consecutivas e mais recentes, também para as economias de países de capitalismo periférico, inverte as relações de dependência entre produção real e finança que caracterizaram o fordismo, de modo que «a dinâmica do mercado acionário substitui o salário como fonte de crescimento cumulativo» (Lucarelli, 2011, p. 161). Isso promove e generaliza um tipo de desconexão entre o emprego e a renda, para os trabalhadores até então ligados ao capital por relações de subordinação salarial, e entre a renda e o trabalho, para os capitalistas do acionariado que se beneficiam com a virada monetarista (Lazzarato, 2011).

Em um diagnóstico exemplar dos efeitos dessa desconexão, o relatório da *Oxfam International* de 2018 registrou que os 1% mais ricos haviam embolsado 762 bilhões de dólares (82% de toda a riqueza criada) em 2017, deixando os 50% dos mais pobres sem qualquer crescimento marginal (Oxfam, 2018). Na América Latina e no Caribe, a *Comisión para América Latina y Caribe* (2018) projetava que, no ano de 2018, 29,6% (182 milhões de pessoas) e 10,2% (63 milhões de pessoas) da população do continente<sup>3</sup> se encontravam, respectivamente, em situação de pobreza e de pobreza extrema.

A subordinação financeira global e desigual resulta na radical impossibilidade de estabelecer um novo compromisso entre capital e trabalho (Vercellone, 2011), como o *New Deal* que gerou uma coincidência entre *welfare* e *workfare* no ciclo precedente. Na medida em que a financeirização da economia e os dispositivos de biopoder que concorrem com sua racionalidade de governo se expandem e subsumem espaços cada vez mais vastos da vida e da atividade social, submetendo-as a processos de valorização capitalista, geram uma série de

efeitos de subjetivação correlatos à partilha desigual dos resultados e dos riscos das operações financeiras (Lucarelli, 2011). Estes, permanecem geralmente concentrados em parcelas mais vulneráveis da população; aqueles, nas frações estruturalmente privilegiadas.

A economia financeira é perversa e coloniza as atividades produtivas e de consumo, tornando-se consubstancial com os ciclos de produção de bens e serviços (Marazzi, 2011). Do *plastic money*, e dos aplicativos bancários integrados à biometria e a *smartphones* para automatizar pagamentos, aos imensos fluxos de juros provenientes da dívida dos países emergentes com bancos internacionais - passando pela universalização do microcrédito e do endividamento -, as margens da formação social contemporânea são operadas pelas finanças, que modelam uma partilha desigual dos perigos, dos riscos e das crises. Estes se produzem no próprio interior da racionalidade das finanças, e sua distribuição segue as articulações de uma política de insegurança.

Eis o que Deleuze e Guattari (1996, p. 90) quiseram dizer quando afirmaram que «toda política é ao mesmo tempo *macropolítica* e *micropolítica*». Seguindo uma inspiração tardiana, em cada fenômeno social, e em cada segmento de real, seria preciso perscrutar como sistemas referenciais logicamente distintos - que não se distinguem, pois, pela escala, pela axiologia, pela densidade empírica ou por uma constante de proporcionalidade, mas qualitativamente<sup>4</sup> - se envolvem uns nos outros e se desenvolvem no heterogêneo. É isso o que está em jogo ao afirmarem que «A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente» (Ibid, pp. 93-94).

Segurança e medo remetem, aqui, não apenas a fatos psíquicos ou representações sociais, mas a dois sistemas de referência múltiplos, qualitativamente distintos, que se engendram e retroalimentam sob as formas de uma macropolítica da segurança e de uma micropolítica que administra os pequenos terrores diários. Antes de tudo, segurança e medo dizem respeito a sistemas oscilatórios de perceptos-afetos que, não sendo isomórficos, são todavia inseparáveis e coexistentes, e se pressupõem reciprocamente: «sua organização molar, sua segmentariedade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo (...)» (Ibid, p. 90).

Como funciona a partilha desigual da insegurança no capitalismo financeiro? No cerne desta questão, convergem o panoptismo como princípio geral, destacável dos espaços de encerramento disciplinar, a capacidade previdenciária dos mecanismos de segurança para administrar o caráter aleatório dos acontecimentos «livres» e os controlatos. Estes se configuram como sínteses perversas e difusas que promovem um encontro inédito das técnicas de poder precedentes com um novo meio, confundido com as novas condições de abstração, desreferencialização e precarização produzidas pela financeirização da vida. Eis o que configura, em largos traços, uma nova *Umwelt* capitalista.

Maurizio Lazzarato (2011) parece ter capturado bem como a insegurança pode se tornar um instrumento essencial aos controles neoliberais. Ele admite como pressupostos mais gerais a existência de uma economia flexível, caracterizada pela acumulação de riqueza sob a forma da finança, pela continuidade do trabalho com a correlata descontinuidade do emprego e da renda, pela deriva do reformismo estatal e social em função do objetivo de constituir «o social» como um espaço econômico no interior do qual se possa assumir e enfrentar individualmente os riscos (Lazzarato, 2011). Na medida em que as políticas sociais são reformadas e individualizadas, elas se tornam o lastro para promover forças concorrenciais, introduzir insegurança, instabilidade, incerteza, precariedade econômica e existencial na vida dos indivíduos, sujeitando-os à finança seja pela via do investimento e da participação no mercado de capitais, seja pela rotina do endividamento compulsório (Ibid; Lazzarato, 2012).

A partilha desigual e descontínua de seguros, garantias previdenciárias, direitos sociais e renda em um espaço-tempo geometricamente controlado torna possível que o acesso a eles possa ser continuamente modulado pela abstração das finanças e pela eficácia dos controles com base no próprio comportamento dos controlados (Dardot; Laval, 2015). Um dos achados de Foucault sobre o neoliberalismo é que, nele, o social como um todo poderia ser descrito como uma função da empresa (Foucault, 2008a; Lazzarato, 2011) na medida em que suas margens já não operam exclusões por segregação e confinamento. Pelo contrário, as margens do capitalismo contemporâneo administram distribuições descontínuas no tempo, e desproporcionais no valor, entre trabalho,

emprego e a renda, orientados à compra de direitos sociais comoditizados, por cuja garantia, dispêndio e gozo nos tornamos individualmente responsáveis.

A estratégia propriamente neoliberal se resume em integrar de maneira subordinada e produzir margens nos termos dessa integração; isto é, «produzir polarizações de renda e de poder no interior da relação capital-trabalho, sem que elas se cristalizem em dualismos políticos irredutíveis» (Lazzarato, 2011, p. 28). Por essa razão, o neoliberalismo implica uma forma de governo que age menos por divisão e marginalização do que por uma modulação, ou por uma «gestão diferencial» das diferenças e dos mercados (Ibid, p. 28). Trata-se de toda uma arte política e metafísica a conversão capitalista de nuances em polarizações, identidades e margens.

No ponto em que a finança se cruza com o biopoder, capturando a vida biológica com suas virtualidades e possíveis (isto é, o tempo de vida como sua integral biopolítica), as margens se operam mais pelo controle securitário e previdenciário da vida no tempo, pela administração diferida de perigos, riscos e crises, e pelo contingenciamento estratégico do acesso a direitos sociais, proventos e renda, do que pela segregação arquitetônica. Essas margens móveis são operadas em muitos níveis e segundo antagonismos muito precisos. Um deles se exprime, por exemplo, pelas diferenças nas distribuições da sensação de segurança e na distribuição desigual de assassinatos.

De acordo com o Relatório *Global Law and Order* (Gallup, 2018), que conduziu mais de 148 mil entrevistas com adultos em 142 países em 2017, 69% da população global confia na polícia local, e 68% se sentem seguras ao caminhar pela rua. O índice mais baixo de confiança na polícia local foi encontrado em países da América Latina e do Caribe, com uma taxa de 42%, e apenas 17% dos venezuelanos entrevistados afirmaram que se sentem seguros ao sair à rua; índice comparável à resposta dos afegãos, na ordem de 20% (Ibid).

Em *Citizen Security in Latin America*, o Instituto Igarapé (2018) revelou que, no ano de 2012, os países latino-americanos concentravam 8% da população mundial, e 33% dos episódios de homicídios. Em números absolutos, contavam-se mais de 2,5 milhões de pessoas vítimas de morte violenta desde o ano de 2000. Em comparação com os demais continentes, no ano de 2010 a América Latina sediava 22,4% dos assassinatos globais, enquanto a África era responsável por 7,2%, a Ásia por 3,4%, a Europa por 2,3% e a Oceania, por 4,5% dos homicídios registrados no período (Ibid). Sinal de que as sensações não estão descoladas das estruturas.

Seu correlato percepto-afetivo é, como Lazzarato percebe, uma micropolítica da insegurança<sup>5</sup> apoiada em uma organização molar da segurança. Em *Administration of Fear*, Paul Virilio (2012) retoma o medo como o afeto basal e metabólico que define as sociedades contemporâneas ao afirmar que, nelas, «o medo é agora um ambiente, uma cercania, um mundo» que nos ocupa tanto física quanto mentalmente, ao mesmo tempo em que é um afeto que requer que os Estados, cujas prerrogativas securitárias foram consumidas pela globalização, criem políticas para administrá-lo e para tentar convencer os cidadãos de que ele ainda pode assegurar nossa segurança física (Virilio, 2012).

Transformados em *Umwelt* e em política de governo, o terror e o medo já não podem ser descritos apenas como «um fenômeno emocional e psicológico», mas constitui também um fenômeno físico que se liga à vida e à velocidade por meio da tecnologia (Ibid, p. 21). Em primeiro plano, porque as margens das sociedades de classes e de interesses, de massas e de opinião, são atravessadas tecnicamente pela instantaneidade dos meios de comunicação e informação. Ainda que as velhas margens segmentares dos Estados-Nação não tenham sido completamente corroídas - como os renascimentos neoarcaicos da *alt-right* ao redor do globo parecem comprovar -, essas infraestruturas técnicas em uso «desempenham um papel proeminente no estabelecimento do medo como um meio, porque elas permitem a sincronização da emoção em uma escala global» (Ibid, p. 30).

Essa comunidade afetiva, esse «comunismo de emoções», exige uma nova repartição dos espaços-tempos sociais, sempre, e a cada vez, desencadeados pela sucessão incansável de novos eventos que se processam mais na instantaneidade do tempo do que na realidade do espaço - sempre mais abolido. Esse novo agenciamento de espaços homogêneos, tornados isomórficos e abstraídos nas suas diferenças reais, somado ao encolhimento da temporalidade da ação humana à instantaneidade e à persistência de infraestruturas financeira,



logística, tecnológica e algorítmica, produz uma sincronia afetiva entre os corpos - o que permite regular seus comportamentos possíveis.

Com isso, tocamos um limite sensível dos corpos, das suas capacidades de pensamento, atenção e ação. Diante de uma aceleração técnico-financeira sem precedentes, a experiência de um tempo propriamente humano tende a dar lugar a um tempo nanocronológico próprio dos mercados de ações, e do que Virilio chamou de *turbocapitalismo*: «se tempo é dinheiro, velocidade é poder, a essência do poder. Como você poderia não ter medo do poder, da ubiquidade e da instantaneidade que, muito significativamente, foram os primeiros atributos dos deuses?» (Ibid, p. 43). Por isso, Virilio insiste que à nossa imaginação política faltaria uma dromologia, uma ciência propriamente social do movimento e da velocidade que, em complemento a uma economia política da riqueza, pudesse nos equipar com uma economia política da velocidade.

Incerteza, medo, terror organizados por técnicas e infraestruturas que sincronizam os afetos ubiquamente e desarmam os tempos propriamente humanos de pensar e de agir, geram demandas cada vez maiores por identidade, segurança e proteção contra riscos. Assim, toda uma micropolítica da insegurança pode ser mobilizada, organizada, gerida, dissuadida, estimulada, contornada ou reprimida por uma macropolítica da segurança; e, inversamente, uma macropolítica da segurança, sem ter com a micropolítica uma relação de proporcionalidade quantitativa, constitui para o *pathos* dos pequenos terrores diários um sistema de referência com o qual uma micropolítica da insegurança converge.

Uma insegurança micropolítica não cessa de repartir-se em margens cada vez mais duras, em uma atmosfera de medo comum que se exprime em «guetos, condomínios fechados, comunitarismos», mas também em culturas de repulsão, racismos e rejeição das diferenças (Ibid, p. 59). Sinal de que os perceptos-afetos produzidos e administrados pelo medo não geram apenas pânico, mas alimentam reterritorializações macropolíticas securitárias sejam neonacionalismos, xenofobias, muros, branquitudes e machismos renovadamente violentos, sejam armadilhas políticas identitárias e neosegregacionismos que parecem consumir os progressismos por parasitismo.

## Os corpos, ainda

Haveria, com efeito, uma série de manifestações de *pathos* dos corpos a explorar. Em **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**, Dardot e Laval (2015) dedicam uma parte significativa de seu capítulo sobre a subjetividade contemporânea à produção de diagnósticos dessas patologias, vinculadas a imperativos de gozo e de desempenho que implodem os quadros naturais do corpo humano (Dardot e Laval, 2015). Os corpos e a psique iriam ao encontro dos enunciados e imperativos econômicos, produzindo uma fricção entre um sujeito compósito, a normalização da concorrência econômica, a subsunção do indivíduo à lógica do capital humano, a organização da sociedade sob o formato telemático das redes e uma ascense contínua, que só permite ao indivíduo uma relação consigo na qualidade de «empresa de si».

Os principais sintomas que manifestam o estreitamento dessa relação entre ascense empresarial, exercício da liberdade e imperativos de gozo e desempenho são sumariados em torno de casos de sofrimento psíquico e social no trabalho, suicídios laborais, corrosão da personalidade adaptada à flexibilidade econômica, maximização do esforço da auto coerção orientada ao desempenho, a generalização da depressão e do *burn-out* como psicopatologias com forte determinação social, as perversões como efeitos de mecanismos identificatórios entre sujeitos e postos de poder hierárquico etc. (Dardot e Laval, 2015).

No entanto, ao invés de investigar esses signos, talvez devêssemos nos concentrar nos corpos como meios e infraestruturas, mais do que como sedes passivas de uma sintomatologia. Talvez fosse em parte isso que Virilio quisera sugerir quando afirmou que «Em um mundo caracterizado pelo individualismo de massa, meu corpo se torna a última muralha» (Virilio, 2012, p. 53). Em um tempo acelerado, infinitamente contraído, nanocronológico, e em um espaço global interconectado e ubíquo, cuja materialidade sensual é abolida, tudo o que pode um corpo é ser muralha: defesa lenta da matéria evanescente secundada pelo medo, cuja única possibilidade é definir-se pelos lugares patológicos ou defensivos ocupados no sistema geométrico e transversal dos controles, da gestão comum dos riscos, perigos e crises, e das distribuições securitárias dos governos.

Na medida em que se contrai a duração e se sincronizam os afetos sob a forma do que Virilio chamou de «comunismo de emoções», tudo se passa como se o corpo desaparecesse como um efeito da homogenização ubíqua dos espaços globais interconectados. Os corpos, em sua materialidade sensível, parecem tão abolidos quanto os espaços, os quais se confundem com meios cada vez mais imateriais que servem como uma infraestrutura inconvenientemente física para a circulação instantânea de fluxos de informações, comunicações, signos, códigos, cifras, dinheiro e poder.

Nesse sentido, avançamos rapidamente para nos tornar uma cultura pós-sexual (Berardi, 2018). Um dos principais sintomas a serem explorados consiste em uma depressão sensual generalizada acompanhada de uma superexcitação hiperneuromidiática. Em um estudo publicado em *Sex by numbers*, David Spiegelhalter (2015) concluiu que entre 1990 e 2010 o número de relações sexuais na média da população mundial caiu de cinco para três episódios por semana. Seu livro foi publicado em 2015, o mesmo ano em que o *Pornhub.com* registrava 21 bilhões de visitas e 4 bilhões de horas de audiência apenas naquele ano (Cf. Berardi, 2018). O que estaria em jogo na relação entre as margens do neoliberalismo, o *pathos* do medo micropolítico e a dessexualização generalizada dos corpos em sua abstração?

Em relação aos corpos, à sua capacidade de agenciamento e de ação conjunta, o medo e o terror seguem o modelo epidêmico. Franco Berardi (Ibid) recorda que quando a AIDS chegou aos Estados Unidos no fim dos anos 1970, um retrovírus transformava o prazer erótico em perigo, destruía décadas de solidariedade e amor livre, exigia a transformação da conjunção contaminante entre os corpos em uma forma de «pureza conectiva», ou de conexão defensiva, e fazia com que o corpo do outro fosse percebido como um risco. A AIDS era indiciária, e talvez exemplar, de um sintoma mais amplo que ligava o medo da contaminação, que se enraizava no inconsciente social, ao fim da empatia sexual.

O medo do contágio, a dissolução das conexões corpóreas, a assunção do modelo paranoico da pureza defensiva, são alguns dos sintomas do que Berardi (Ibid) diagnostica como efeitos de uma reconfiguração do social. Ela está intimamente ligada ao neoliberalismo, às técnicas de comunicação instantânea, à conectividade fractalizada e ao envolvimento da esfera emocional no processo de automação cognitiva. Nela, o corpo do indivíduo aparece, talvez pela primeira vez, e na mesma década em que o neoliberalismo ganhava impulso, efetivamente como sua última muralha, no duplo sentido de sede física e defesa virtual.

Berardi (2012) situa a financeirização do capital como o processo que franquearia a proliferação rizomática e desterritorializada de relações econômicas de poder. Ela deve ser compreendida como a parte final de uma série de transformações sofridas pelo capitalismo, entre as quais o desenvolvimento sem paralelo de forças produtivas com a criação de uma rede global de trabalho cognitivo, a incapacidade do fordismo para organizar essas novas potencialidades nos velhos termos da propriedade e do assalariamento, com uma conseqüente crise da noção de valor e a transformação tendencial de uma economia produtora de bens materiais para outra, baseada na produtividade virtualmente ilimitada do trabalho cognitivo etc. (Ibid).

A precarização global do trabalho, pressionada pela adoção da produção *just-in-time*, da *lean production* (produção enxuta) e da generalização da política de *out-sourcing* (Marazzi, 2009) contribuem para a fragmentação e pulverização do trabalho ao redor do globo, e produzem uma nova condição de trabalho, na qual «o trabalhador cognitivo não precisa estar ligado a um lugar, e sua atividade pode ser difundida através de um território não-físico» (Berardi, 2012, p. 75).

Nas décadas de 1970-1980, todo o problema do capitalismo girava em torno da materialidade evanescente dos corpos, fossem eles mercadorias, mercados, territórios, recursos naturais em vias de degradação permanente ou trabalhadores, cuja produtividade desterritorializada e rizomórfica o capital tinha problemas em quantificar. Os antagonismos se exprimiam todos entre a pulsão abstrata que movia o capital na direção da exploração sem precedentes do *General Intellect* e a insistente animalidade dos corpos: «(...) mesmo que o intelecto geral seja infinitamente produtivo, os limites do crescimento estão inscritos no corpo afetivo do trabalho cognitivo: limites de atenção, energia psíquica, sensibilidade» (Berardi, 2012, p. 77).

Se Berardi (2012) pode afirmar que «A finança é um efeito da virtualização da realidade, (...) é a função transversal da imaterialização, e a ação performativa da indexicalidade» (Ibid, p. 79), é porque o referencial corpóreo das «estatísticas, figuras, índices, medos e expectativas» (Ibid) desapareceu sob a forma de uma linguagem financeira que desmantela o real para codificá-lo em novos termos.

Já não se trata de sequestrar frações de durações e de atividade dos corpos por meio das disciplinas fabris em função da maximização concertada de rendimentos coletivos. A lógica de abstração da finança reforça um sequestro integral do tempo sob a forma de sua contínua e infinita contração nanocronológica. As poupanças são contrações de tempos passados de trabalho e acúmulo; os investimentos de longo prazo são adiamentos do futuro; as reservas de liquidez visam a regular preemptivamente a natureza estocástica dos acontecimentos e infortúnios, enquanto as dívidas são antecipações, promessas e acelerações de um futuro remunerado e amortizado a juros.

Quando Berardi (Ibid) afirma que os bancos estão cheios de tempo, que não cessamos de armazenar tempo passado ou tempo futuro nos bancos, ou que os bancos alemães estão cheios de tempo português, grego ou italiano contraído sob a forma de dívidas, é porque o advento do semio-capitalismo implica uma redistribuição da relação entre dinheiro, linguagem e tempo, afetando diretamente os corpos em desaparecimento.

Na medida em que as finanças tendem à abstração e à indexicalidade, ou que as moedas liberam-se da física gravidade do padrão-ouro, a relação entre tempo de trabalho e valor se torna cada vez mais difícil determinar e o cenário global parece se degradar em um panorama de desregulação, competição, inimizade e, em última análise, violência civil total.

Esse horizonte de guerra civil fragmentada exprime não apenas a relação estrutural entre finança e violência, mas denota um novo e terrível efeito da corporalidade evanescente. Uma vez que os Estados-Nação perdem hegemonia no contexto global, e em que potências pós-westfalianas conhecem uma veloz escalada, o Estado se torna cada vez menos o agente do controle social (Berardi, 2017). Com o desaparecimento de um centro físico de dominação, e com a dissolução da identidade física do poder (Ibid), os controles e suas marginalizações discretas são internalizados pelos corpos mesmos, submetidos a automatismos sociolinguísticos que confinam sistematicamente os espaços da vida, da cognição e da produção.

O semio-capitalismo está, portanto, ligado aos corpos de muitas maneiras, e não se confundem com uma mera linguagem, mas com o que Deleuze e Guattari (1995) certa vez chamaram de semióticas mistas: regimes de signos e de enunciação capazes de manejar o real, e de serem reais ao manejá-lo. Isto é, uma linguagem capaz de formalizar a um só tempo enunciados e conteúdos, proposições e corpos, em um mesmo agenciamento.

O semio-capital, segundo Franco Berardi, cria convenções sociais, semióticas, margens de significação, formata expectativas e terrores, formaliza modos de interação e, desse modo, é capaz de coproduzir o espaço social como «um sistema mundial de conexões automáticas» que transforma todo processo de cooperação entre cérebros, e entre corpos em deposição, «em um processo de recombinação abstrata de info-fractais que apenas o código [capitalista] pode decifrar e transformar em valor econômico» (Berardi, 2017, p. 117-118).

O neoliberalismo é um regime de produção do medo e da distribuição diferencial da insegurança. Trata-se de diferenciá-la, subministrá-la, compensá-la, equilibrá-la. A função que uma micropolítica da insegurança desempenha, sob as condições da abstração da corporalidade, da ubiquidade interconectada dos espaços e do sequestro e da aceleração de um tempo sempre mais contraído, não é, porém, tanto a de apagar os corpos quanto de fazer deles os meios pelos quais se pode governar o seu próprio por vir.

Em uma economia mundial de capitalismo integrado, não se trata apenas de produzir as condições concorrenciais e objetivas ótimas para permitir a transformação contínua de «tempo em trabalho, de trabalho em valor, e transformar a nossa relação com a natureza em uma relação de escassez, necessidade e consumo» (Berardi, 2012, p. 95). Trata-se de aperfeiçoar, de forma cada vez mais sutil, mais situada no coração da subjetividade e de uma corporalidade deserotizadas e hiperexcitadas, as condições afetivas e relacionais para produzir o cruzamento e a retroalimentação entre essas linhas: a insegurança, a inimizade e o medo fazem concorrer, e a concorrência gera cada vez mais incerteza, violência e terror.

Não se trata apenas de tornar os indivíduos responsáveis pelo seu futuro, mas de distribuir desigualmente a segurança e o risco; criar condições sistêmicas para o entesouramento do tempo (passado ou futuro) ou para sua impossibilidade previdenciária; subordinar por meio do investimento, dos seguros ou da dívida; controlar não mais os corpos, mas o seu por vir, transformando os corpos mesmos em meios patológicos (passivos e apaixonados) para o exercício da autorregulação e do controle de si.

Estruturalmente, ao contrair e sequestrar o tempo humano, é de governar o tempo que se trata. O tempo dos corpos e de sua livre atividade virtualmente conversível em trabalho, o tempo das populações através da biopolítica, o tempo das transformações incorporais que se operam nos corpos através dos sistemas de perceptos-afetos, por meio da complementariedade entre uma macropolítica da segurança molar e de uma micropolítica da insegurança neoliberal. No ambiente asfixiante dessa *Umwelt*, o mais urgente desafio político parece ser o de religar os corpos ao seu por vir, reconvertendo-os de infraestruturas biofisiológicas dos controlatos em meios efetivos para um por vir ingovernável. O preço a pagar por isso talvez seja afetivo: restituir ao medo que nos inoculam a capacidade nova e revolucionária de atemorizar quem nos aterroriza.

## Notas

<sup>1</sup> Referimo-nos, aqui, às intuições dispersas que ligam o capitalismo às relações sociais que se encontram nos capítulos sobre a mercadoria, a moeda, a cooperação, a luta entre o trabalhador e a máquina, de *Das Kapital* (1867), e o célebre fragmento marxiano sobre as máquinas, que faz parte dos *Grundrisse* (1857-1858). Muitas delas foram recolhidas e desenvolvidas pelo trabalho conjunto de Deleuze e Guattari, especialmente em *O anti-Édipo* e *Mil platôs* e, mais tarde, foram revisitadas por pós-operaiístas italianos. Por todos, cf. o *Marx além de Marx*, de Antonio Negri (2016).

<sup>2</sup> O evento paradigmático é a proclamação de 1972 em que o então presidente estadunidense, Richard Nixon, decreta a inconvertibilidade do dólar em ouro, abolindo qualquer referente material. Este é, para Franco Berardi (2012), o ponto de partida para o processo de financeirização da economia mundial. Nele, a moeda não apenas perde todo referente material, mas absorvida por uma tendência incoercível de abstração, passa a ter seu valor decidido por um ato de linguagem. Essas são as premissas para o desenvolvimento do que Berardi chamará, ao longo de toda a sua obra, de semio-capitalismo.

<sup>3</sup> Os dados apresentados são projeções baseadas em médias ponderadas referentes a dezoito países pesquisados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

<sup>4</sup> Sobre os quatro erros que concernem a segmentariedade molecular, cf. (Deleuze; Guattari, 1996).

<sup>5</sup> «Gilles Deleuze e Félix Guattari encontraram os nomes sem dúvida mais adequados para descrever isso que Michel Foucault havia escolhido chamar de 'dispositivo de segurança'. Eles falam, por sua vez, de uma micropolítica da insegurança» (Lazzarato, 2011, p. 28).

## Bibliografia

Berardi, F. (2018). *Breathing: chaos and poetry*. Los Angeles, USA: Semiotext(e).

\_\_\_\_\_ (2017). *Futurability. The age of impotence and the horizon of possibility*. London, England: Verso Books.

\_\_\_\_\_ (2012). *The uprising. On poetry and finance*. Los Angeles, USA: Semiotext(e).

Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2018). *Panorama Social de América latina y el Caribe en 2018*. Santiago de Chile, Chile: CEPAL. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085\\_pt.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf)>. Acesso em: 25.out.2019.

Dardot, P. e Laval, C. (2015). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Brasil: Boitempo.

Deleuze, G. (2016). *Dois regimes de loucos*. São Paulo, Brasil: Editora 34.

- Deleuze, G. y Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo, Brasil: Editora 34.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 2.. São Paulo, Brasil: Editora 34.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 3.. São Paulo, Brasil: Editora 34.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. São Paulo, Brasil: Editora 34.
- Foucault, M. (2015). *A sociedade punitiva*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2009). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.
- \_\_\_\_\_ (2008a). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2008a). *Segurança, território, população*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Gallup Analytics. (2018). *Global law and order report*. USA: Gallup Inc. Disponível em: <[http://www.insightcrime.org/wp-content/uploads/2018/06/Gallup\\_Global\\_Law\\_And\\_Order\\_Report\\_2018.pdf](http://www.insightcrime.org/wp-content/uploads/2018/06/Gallup_Global_Law_And_Order_Report_2018.pdf)>. Acesso em: 25.out.2019.
- Igarapé Institute. (2018). *Citizen security in Latin America: facts and figures. Strategic paper*. Rio de Janeiro, Brasil: Igarapé. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Citizen-Security-in-Latin-America-Facts-and-Figures.pdf>>. Acesso em: 25.out.2019.
- Lazzarato, M. (2011). *O governo das desigualdades. Crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos, Brasil: EdUFSCar.
- \_\_\_\_\_ (2012). *The making of the indebted man. An essay on the neoliberal condition*. Los Angeles, USA: Semiotext(e).
- Lucarelli, S. (2011). Financeirização como forma de biopoder. En Fumagalli, A.y Mezzadra, S. (comps.), *A crise da economia global. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos* (pp. 151-183). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Marazzi, C. (2009). *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2011). *The violence of financial capitalism*. Los Angeles, USA: Semiotext(e).
- Marx, K. (2003). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Grundrisse*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2017). *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Negri, A. (2016). *Marx além de Marx. Ciência da crise e da subversão. Caderno de trabalho sobre os Grundrisse*. São Paulo, Brasil: Autonomia Literária.
- Oxfam International. (2018). *Reward work, not wealth. To end the inequality crisis, we must build an economy for ordinary working people, not the rich and powerful*. Oxford, Great Britain: Oxfam. Disponível em: <[https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file\\_attachments/bp-reward-work-not-wealth-220118-en.pdf](https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp-reward-work-not-wealth-220118-en.pdf)>. Acesso em 26.out.2019.
- Spiegelhalter, D. (2015). *Sex by numbers: what statistics can tell us about sexual behavior*. Londres, Grã Bretanha: Profile Books.



Sutter, L. de. (2017). *L'âge de l'anesthésie. La mise sous contrôle des affects*. Paris, France: Les Liens Qui Libèrent.

Vercellone, C. (2011). A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. En Fumagalli, A.; Mezzadra, S. (comps.), *A crise da economia global. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos* (pp. 107-149). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Virilio, P. (2012). *The administration of fear*. Los Angeles, USA: Semiotext(e).